



Aluna : Cloé MAGISTER
Matricula : 17/0066665
Disciplina : Ética e jornalismo
Prof. : Rafiza Varão

O caso Dreyfus; um exemplo de boa ética jornalística

É difícil, hoje, nesse mundo invadido pelo sensacionalismo, de achar bons exemplos de ética jornalística. É por isso que decidi levar uma perspectiva mais histórica nesse trabalho. Um exemplo que vem diretamente da França, e que é difícil negar; o caso Dreyfus, que trata de um erro judiciário em uma época de anti-semitismo e de espionagem na França, que vai durar de 1894 até 1906. De fato, a imprensa teve um papel central e preponderante nesse evento, fortemente mediatizado, simbolizado pelo envolvimento jornalístico de Émile Zola, escritor e jornalista muito famoso no país dos Direitos Humanos. Foi o primeiro evento sobremediatizado na França.

• OS FATOS

Contexto

Escândalo político maior durante a Terceira República Francesa, o caso Dreyfus envolve um oficial de artilharia do exército francês, de origem judaica, condenado injustamente por alta traição, em 1894. Nessa época, a República está em situação de crise geral, notadamente depois da crise econômica dos anos 1880 e da derrocada financeira da banca Union Générale (União Geral), mas também depois do escândalo do

Panamá (1889) e muitos atentados anarquistas que ocorreram no país. Os franceses não se sentem mais seguros. O regime republicano aproxima-se de um nacionalismo muito agressivo, onde o anti-semitismo pode facilmente entrar, sobretudo depois da publicação de um livro claramente anti-semita, por um escritor que se chama Drumont.



O caso Dreyfus apresentado como o jogo da Glória, 1898

Quem é Alfred Dreyfus?

O Alfred Dreyfus é o filho de um industrial israelita, que nasceu em Mulhouse em 1859. Ele é judeu (nesse caso, essa informação é muito importante) e tinha 11 anos quando houve a guerra franco-alemã, onde a região da Alsácia sofre, justamente, uma invasão alemã. Em 1873, o Alfred Dreyfus sai da região para ir à Paris com o irmão dele, Mathieu. Ele foi um aluno muito sério, apaixonado pelo exército, e se tornara mais tarde capitão do exército francês, especialista em artilharia.



Retrato do Alfred Dreyfus, 1894

O caso

No final de 1894, mais precisamente em 27 de setembro, o jornal francês *Le Figaro* revela um inquérito em curso do exército francês, depois de um caso de espionagem. O capitão do exército francês, Alfred Dreyfus, está sendo acusado de ter vendido segredos militares aos alemães, depois que uma empregada da limpeza na embaixada alemã em Paris, Madame Bastian, descobriu uma carta suspeita, no cesto do lixo do adido militar alemão, Max von Schwartzkoppen. Essa carta esta varasgada em seis partes, e a empregada entregou esses papeis ao serviço secreto francês; na verdade, Madame Bastian fazia parte dos serviços de espionagem.

Essa carta é hoje conhecida como « le bordereau ». O « bordereau » anunciava que documentos militares confidenciais franceses iam ser mandados para uma potência estrangeira. Os serviços secretos franceses logo concluíram que existia um traidor entre os oficiais franceses. De acordo com eles, Alfred Dreyfus era o único oficial judeu entre os que poderiam ter escrito esse « bordereau ». Ademais, segundo eles, a escritura de Alfred Dreyfus era parecida com a na carta. Ele afirmou ser inocente, mas não foi escutado. Por isso, foi considerado o principal suspeito e levado a julgamento.



A degradação do Alfred Dreyfus no dia 5 de janeiro de 1895. Desenho do Henri Meyer, legendado « O traidor », 1895

O memorandum foi usado como instrumento de acusação contra Alfred Dreyfus. O 22 de

dezembro de 1894, Alfred Dreyfus foi condenado por alta traição à prisão perpétua na Ilha do Diabo, na costa da Guiana Francesa.

A família de Dreyfus apoia o acusado. Mathieu Dreyfus, o irmão mais velho, estava convencido da inocência de Alfred. Em novembro de 1897, ele descobre que Charles Esterhazy é o verdadeiro culpado; um banqueiro, o senhor Castro, reconheceu a assinatura de um dos clientes dele no « bordereau ». O coronel Picquard, chefe do contra-espionagem, sabe também quem é o verdadeiro espião.

Mas até 1898, Dreyfus é o culpado ideal e evidente. A opinião pública não se sente muito preocupada com o caso, sobretudo com o contexto anti-semita que reinava naquela época. Apesar da existência de provas, o Dreyfus não é inocentado. A permanência da sentença anterior ultraja Émile Zola, escritor e jornalista francês. O caso explode com a implicação do jornalista, que marca também o verdadeiro início do Caso Dreyfus, e então da implicação maciça da imprensa e da opinião no debate público.



O julgamento foi revisado no dia 03 de junho de 1899, mas o Alfred Dreyfus não foi inocentado.

• A IMPRENSA, UM ATOR MAIOR NO CASO DREYFUS

O caso Dreyfus é um dos primeiros a contar com a participação ativa da imprensa. Na França, é mesmo o primeiro evento sobremediatizado. Quase 100 000 artigos foram publicados sobre o caso, entre a detenção do Dreyfus em 1894 e até a reabilitação dele, em 1906.

Um caso banal de espionagem torna-se em um caso mediático de dimensão nacional

No caso Dreyfus, a imprensa age como um meio de pressão importante para a classe política. Ela não só vai dar a informação, mas vai amplificar-lhe, dramatizar-lhe, e, as vezes, vai criar-lhe. É a afirmação de um verdadeiro poder, que vai ter muita importância no desenvolvimento do caso, com artigos violentos e frequentemente sensacionalistas. Durante muitos anos, a imprensa nacionalista lutou contra a presença dos judeus no exército, denunciados como « traidores ». Isso pode explicar que a maioria dos jornais é « *antidreyfusarde* » (ao contrario de « *dreyfusard* », significa que é contra Dreyfus) até o final do caso — 96% da imprensa parisiense expressa-se contra o Dreyfus em 1898, e ainda 85% em 1899. Por outro lado, é interessante constatar que a maioria da imprensa internacional defende a inocência de Alfred Dreyfus.

Nesse momento, a imprensa francesa está separada em duas partes : a imprensa « *antidreyfusarde* » e a imprensa « *dreyfusarde* », a favor do condenado.

Émile Zola no caso Dreyfus: *J'accuse...! (Eu acuso!)*

Os últimos cinco anos da vida de Émile Zola foram dedicados ao compromisso dele no caso Dreyfus. Em 13 de janeiro de 1898, ele vai dar uma dimensão nova ao caso. Ele já havia se pronunciado a favor dos judeus em 1896, nomeadamente quando ele escreveu um artigo intitulado « Para os judeus » publicado no jornal *Le Figaro*, no qual ele denuncia o ambiente « indigno » da França.

O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, que é parecido com o da França, diz, justamente que os jornalistas devem « opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos ». Nessa época, escrever no jornal foi uma maneira para Émile Zola de opor-se à opressão onnipresente contra os judeus na França — paradoxalmente chamado « o país dos Direitos Humanos ».

Filho de um engenheiro italiano, naturalizado em 1863, o escritor e jornalista começou a interessar-se sobre o caso só no final do ano 1897, quando um colega, Bernard Lazare, solicita-lhe; nessa época, Émile Zola acha que não pode pôr em causa a culpabilidade de Dreyfus, pois as acusações contra ele são muito sólidas, e também porque ele tem dúvidas sobre a legitimidade dele para intervir. Ele se interessa cada vez mais ao caso, e já no 25 de novembro de 1897, ele publica um primeiro artigo entre uma serie de três, no jornal *Le Figaro*, concluído pela frase : « *a verdade marcha e nada conseguirá detê-la* », que se torna o *leitmotiv* dos dreyfusards. Isso lembra de



O jornal La Libre Parole foi anti-semita e claramente antidreyfusard, 28 de outubro de 1898



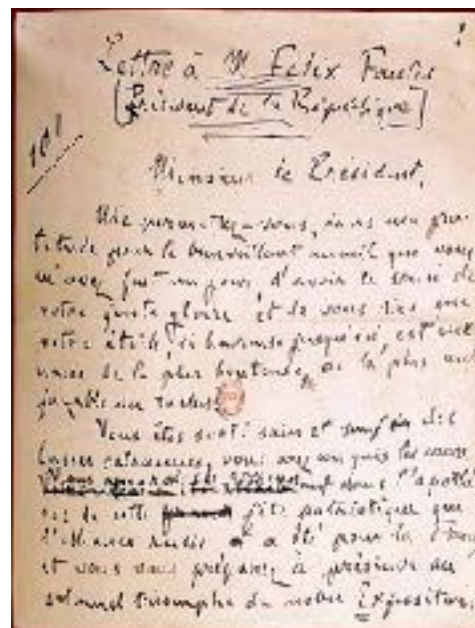
O artigo « J'accuse...! » escrito pelo Zola e publicado no jornal L'Aurore, 10 de janeiro de 1898.

uma frase do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros : « O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação ». Todos os códigos de ética do mundo promovem a apuração dos fatos. A razão de Zola foi guiada pela pesquisa dessa verdade.

Mas o elemento impulsionador do compromisso dele foi a absolvição do verdadeiro traidor, Walsin Esterhazy, depois de julgamento, no dia 10 de janeiro de 1898. Com a condenação de um inocente, Émile Zola não aguenta mais e decide intervir porque ele sabe que « é dever do jornalista combater e denunciar todas as formas de corrupção », e também « combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza ». Émile Zola sabia que Alfred Dreyfus era judeu e que estava perseguido por motivos religiosos. O jornal *Le Figaro*, desta vez, recusou de publicar os últimos artigos dele, pois queria manter os leitores mais conservadores. Então, o Zola decide publicar no jornal *L'Aurore*, bem menor. Fundado em 1897, o jornal defendia ideias republicanas e progressistas, levadas pelo estadista e jornalista Georges Clemenceau, também editorialista do veículo. Émile Zola termina de escrever o artigo muito rapidamente que foi inicialmente intitulado « Carta a Monsieur Felix Faure, Presidente da República ». O Clemenceau disse : « Só pode ter um título : J'accuse (Eu acuso, em português) ». A intenção do Émile Zola manifeste-se nas primeiras linhas do texto, quando ele escreve :



Retrato do escritor Emile Zola, 1902



O esboço do artigo « J'accuse...! »

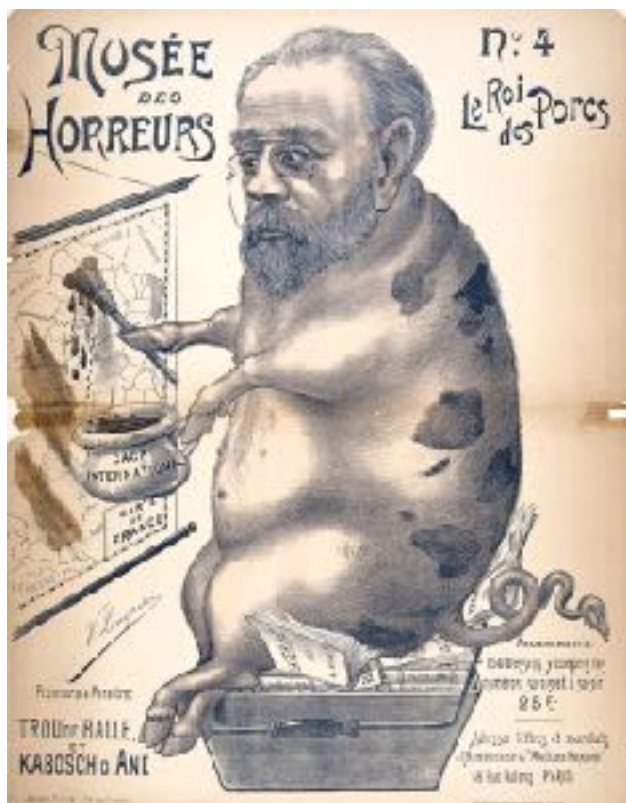
« Excelentíssimo Senhor Presidente da República, permita-me, em gratidão à generosa acolhida que o senhor me deu em uma ocasião passada, apelar para sua justa glória e dizer que sua estrela, tão honrada até aqui, está ameaçada pela maior das vergonhas, a mais indelével das manchas. » É claro que ele está falando do caso Dreyfus e do maior erro judiciário que está acontecendo. Ele justifica a existência do artigo, com essas frases: « Tenho o dever de falar, eu não quero ser cúmplice. Minhas noites seriam assombradas pelo espectro de um inocente que sofre no além-mar, mergulhado na mais dolorosa tortura, por um crime que ele não cometeu. »

Geralmente, o jornal era impresso com cerca de 30 mil exemplares. Naquele dia, o jornal *L'Aurore* multiplica por

com essa quantidade, com 300 mil exemplares que se vendem em poucas horas. Com esse artigo — que fica também o primeiro resumo completo do caso acessível pelo público —, o objetivo dele foi respeitar a presunção de inocência que é « um dos fundamentos da atividade jornalística » segundo o Código de Ética dos jornalistas, mas também um despertar das consciências. Zola sabe que é uma maneira de expor-se diretamente a sanções. Na verdade, ele queria sanções.

E justamente; após a publicação de *J'accuse*, Zola foi processado por difamação. Alexandre Perrenx, o gerente do jornal *L'Aurore*, também foi processado com ele, do dia 7 até o 23 fevereiro de 1898. De novo, o julgamento divide a opinião; Zola tanto foi vítima de ataques como ele recebeu apoio e felicitações. Zola foi condenado a um ano de prisão e teve que pagar 3 mil francos. Ao saber disso, ele prefere partir para um exílio na Inglaterra, que ele viveu com uma solidão extrema. No 4 de junho de 1899, ele volta para a França — no dia seguinte do retorno dele, Émile Zola escreveu um artigo no jornal *L'Aurore*, intitulado « Justice » (« Justiça »)— pois vai ter um novo julgamento na cidade de Rennes, o 7 de agosto de 1899. Dreyfus está de novo condenado a dez anos de prisão, mas o Presidente da República Émile Loubet assina um decreto de indulto presidencial.

Quatro anos depois do exílio, em 1902, Émile Zola morreu misteriosamente na casa dele. As causas oficiais do falecimento são que ele inalou uma quantidade letal de monóxido de carbono, proveniente de uma chaminé defeituosa. Muitas pessoas ainda acham que ele foi assassinado por inimigos políticos (e depois do caso Dreyfus, ele tinha muitos), mas essa versão nunca foi provada.



Essa caricatura represente o Emile Zola como um porco. « Le Roi des Porcs », 1899.

O final do caso Dreyfus

O artigo « J'accuse » teve um impacto muito grande na sociedade. Primeiro, os *antidreyfusards* manifestaram insatisfação nas ruas e nos jornais também, com caricaturas desrespeitosas e grosseiras contra Zola. Nesse momento, a grande maioria dos jornais é ainda *antidreyfusarde* mesmo depois do julgamento, como *Le Petit Journal* ou *La Croix*, um diário católico.

A oposição é sobretudo ideológica, porque os *antidreyfusards* recusam de questionar o poder do exército, que é o

pilar, a coluna da nação.

Segundo os *dreyfusards*, ao contrário, é necessário fazer justiça antes de tudo. Por isso, o erro judiciário deve ser reconhecido pelas autoridades competentes. Uma petição circula, pedindo a revisão do julgamento e a interrupção das sanções contra Zola. Grandes nomes da literatura a assinaram, como Marcel Proust e Anatole France.

Como já foi escrito, o Zola nunca vai conhecer o fim do caso Dreyfus, pois ele morreu em seu apartamento em Bruxelas. 20 anos depois, um trabalhador *antidreyfusard* confessou que ele obstruiu voluntariamente a ventilação no apartamento do Zola. Esse é a prova da existência de um ódio muito forte contra ele, durante sua vida toda.

Em 1906, a Cour de cassation, da cidade francesa Rennes, decide de reabilitar o Dreyfus no exército.

Mas o ódio suscitado pelo caso nunca propriamente acabou; em 1908, durante a transferência das cinzas de Zola ao Panteão (O « Panthéon », em francês, é um monumento onde 70 célebres personagens da história francesa repousam), Dreyfus foi ferido por duas balas de um revólver. O criminoso, Grégori, um jornalista, foi absolvido por esse crime.

Nesse caso, podemos dizer que o Émile Zola foi guiado, desde o início, pelos princípios éticos da profissão de jornalista mesmo que, nessa época, o código de ética ou deontologia atual não existisse. Respeitando a presença de inocência, defendendo um homem perseguido por causa da religião dele, reparando um erro judiciário que dividiu a França inteira, o escritor e jornalista executou sua função de maneira brilhante, sabendo que ele arriscava a própria vida. Ele poderia não dizer nada, ele poderia ficar silencioso. Mas nunca foi silencioso. Por isso, a intervenção dele no caso Dreyfus foi um exemplo muito significativo de ética positiva, mesmo que ele não estava guiado por nenhum código. Ele estava naturalmente guiado pela boa prática da profissão.

Referências bibliográficas:

- Bibliothèque nationale de France, Zola dans l’Affaire Dreyfus : l’engagement d’un intellectuel dans son siècle, disponível em < <http://classes.bnf.fr/rendezvous/pdf/Zola3.pdf> >
- FERENCZI Thomas, « L’éthique des journalistes au xixe siècle », *Le Temps des médias* 2003/1 (n° 1), p. 190-199. DOI 10.3917/tdm.001.0190
- Larousse Encyclopédie, Affaire Dreyfus, disponível em < http://www.larousse.fr/encyclopedie/divers/affaire_Dreyfus/117099 >
- MICHNIK Adam, « L’éthique du journaliste : liberté et vérité », *Pouvoirs* 2001/2 (n° 97), p. 109-127. DOI 10.3917/pouv.097.0109
- Ministère de la Justice, L’affaire Dreyfus, 23 de agosto de 2011, disponível em < <http://www.justice.gouv.fr/histoire-et-patrimoine-10050/proces-historiques-10411/laffaire-dreyfus-22696.html> >
- Wikipédia, a enciclopédia livre, O caso Dreyfus, disponível em < https://pt.wikipedia.org/wiki/Alfred_Dreyfus >
- ZOLA, Émile (1840-1902). *Zola /Rui Barbosa Eu acuso! O Processo do Capitão Dreyfus*. Org. e trad. Ricardo Lísias. São Paulo: Hedra, 2007. p. 35 a 53